



REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIM DO MÉDIO TEJO -

Ata n.º 01/2015

Data – 28/04/2015

Início – 21h00

Local – Cidade de Tomar, na sede da CIMT - Convento de São Francisco

Termo – 23h15

Presenças – Lista Anexa

ATA n.º 01/2015

Ao vigésimo oitavo dia do mês de abril de 2015, com início pelas vinte e uma horas, teve lugar, no auditório da sede da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, em Tomar, a reunião ordinária de novembro de 2014 da Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Antes da Ordem do Dia:

1. Aprovação da ata
2. Período antes da ordem do dia.

Ordem do dia:

1. Informação da atividade da CIMT;
2. 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR);
3. Apreciação e votação do Relatório de Gestão relativo ao ano de 2014;
4. Apresentação da lista dos compromissos plurianuais resultantes das adjudicações e/ou contratos que se celebraram desde a última sessão da Assembleia Intermunicipal;
5. Intervenção do Público ao abrigo do ponto 6, do artigo 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 Janeiro.



A presente reunião foi conduzida pelo Vice-Presidente da Mesa da Assembleia, Paulo Bacelar de Macedo, visto o Presidente António Rodrigues ter renunciado apenas na presente reunião formalmente ao cargo.



Antes da Ordem do Dia:

1. Aprovação da ata-----

Foi presente à reunião da Assembleia Intermunicipal a ata da reunião anterior, 25 de novembro de 2014, anexa á presente ata e da qual faz parte integrante.-----

O Senhor Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Paulo Bacelar de Macedo questionou os presentes sobre a mesma, e se pretendiam fazer alguma intervenção, tendo apenas sido feito o comentário pelo próprio para ser corrigido o nome de deputado Hugo Cristóvão para Hugo Costa.-----

Deliberação: Aprovada por maioria com 5 abstenções.



2. Período antes da ordem do dia.-----

O Senhor Vice-Presidente, Paulo Bacelar de Macedo começou por referir que os serviços da CIM do Médio Tejo tinham recebido por email, cerca das 18h00 um email do então Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, António Rodrigues a informar a sua renúncia, com efeitos a partir da data desta Assembleia.-----

O deputado João António Lérias pediu para usar da palavra, para esclarecer que esta tomada de posição ainda não tinha sido formalizada pelo facto do Dr. António Rodrigues ainda estar na direção da Assembleia Distrital, o que iria ser complicado para a gestão daquele associação e todo o património envolvente.-----

Os senhores deputados tomaram conhecimento desta situação, tenho o Vice-Presidente informado que a reunião de hoje seria presidida então pelo próprio.-----

Por outro lado, e uma vez que estava em falta na mesa um representante foi convidada a deputada Ana Cláudia Cohen para estar na mesa a acompanhar os trabalhos.-----

O Deputado António Ferreira lamentou só hoje, ter sido comunicado por escrito esta situação, podendo já ter sido dado conhecimento formalmente desta situação há mais tempo.-----

O Senhor Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal teceu algumas informações referentes a faltas de deputados e suas respetivas substituições respetivamente:-----

Faltas e respetivas substituições:

NOME	SUBSTITUTO
Nelson Augusto Marques de Carvalho	Manuel Duarte dos Santos
Manuel de Sousa Ligeiro	Ramiro Silvestre Lopes Machado da Silva (tomou posse)
Maria Arminda Oliveira	José Fernando Amaro Esteves (tomou posse)
José Delgado	Tiago Manuel Henriques Carrão
Mário André Balsa Gonçalves	José Francisco Matos Leote (tomou posse)



Ainda no período antes da ordem do dia, **a CDU, através do deputado Manuel Ligeiro apresentou uma proposta sobre o "Reforço de Meios no Hospital de Tomar e Torres Novas**, anexa à presente ata e da qual faz parte integrante.-----

Esta proposta considera que:

1. É público que o CHMT tem verbas disponíveis para contratar 39 médicos;-----
2. Todas as categorias de profissionais de saúde consideram fundamental a existência de medicina interna nos três hospitais;-----
3. O internamento esteve aberto durante o auge do surto da gripe, no último inverno, a CDU considera estarem reunidas as condições para o reforço dos meios nos hospitais de tomar e Torres Novas-----

Deste modo, a CDU vem solicitar que a Assembleia da CIM do Médio Tejo exija ao Conselho de Administração do CHMT o seguinte:-----

1. Que a urgência médico-cirúrgica seja atribuída ao CHMT, devendo, enquanto isso não for possível, o reforço da urgência básica nos hospitais de Tomar e Torres Novas;-----

2. A reabertura da medicina interna nos hospitais e Tomar e Torres Novas.-----
Foi dada a palavra ao Deputado António Mor que solicitou falar de pé e virado para a Assembleia.-----

Comentou que considerava os pressupostas da proposta redutores, face à situação em que a saúde se encontra, uma vez que não contempla a urgência médico-cirúrgica de Abrantes.---

Por sua vez o deputado da CDU, Ramiro Silva falou que tudo o que foi dito em relação aos cuidados primários estava totalmente de acordo. Referiu que esta proposta não serviu para fazer uma análise exaustiva à saúde no Médio Tejo, pois então o documento seria muito exaustivo. Esclareceu que esta proposta não propõe 3 urgências básicas, mas sim que a urgência médico-cirúrgica fosse atribuída ao Centro Hospitalar do Médio Tejo. No fundo pretendia-se um reforço da urgência básica.-----

Sugeriu que caso esta proposta trouxesse problemas na sua aprovação, sugeria que fosse retirada a parte onde diz que seja atribuída a médio cirúrgico ao CHMT e fique só o reforço da urgência básica no hospitalar de Tomar e Abrantes, bem como o 2.º ponto.-----

A deputada Maria da Piedade Pinto explicou o funcionamento das urgências, fazendo apelo ao reforço dos cuidados primários e não das urgências.-----

O deputado Silvestre Pereira, por seu lado, referiu que talvez fosse pertinente a criação de um grupo de trabalho, para estudar todas as vertentes do problema, e poderem ser dadas respostas às necessidades da comunidade.-----

O deputado Hugo Costa colocou questões sobre o funcionamento da saúde, comentando que a Saúde no concelho de Tomar era muito complicada, tal como também acontecia em Ferreira do Zêzere Referiu concordar genericamente com a proposta da CDU.-----

Surgiram algumas questões com a referida proposta, tendo o deputado da CDU, referido que se fosse necessário retirava a proposta.-----

A proposta foi então retirada.-----

O deputado Trincão Marques pediu para que fosse feito um ponto de ordem à mesa, para que a mesma fosse admitida a votação, e assim pudesse ser votada.-----

A proposta foi admitida apenas com um voto contra.-----

O deputado Rui Ferreira lamentou as divergências que a discussão suscitou perante um problema tão grave como é o da saúde, referindo que estas questões formais não deveriam de modo algum condicionar a discussão.-----

Deliberação:

☞☞

A deputada Ana Cláudia Cohen alertou para a possibilidade do PS apresentar um voto de louvor ao Presidente cessante.-----

O referido voto de louvor foi apresentado pelo PS, tendo sido aprovado, com 5 abstenções, estando na sala 34 deputados presentes.-----

☞☞

Foi ainda sugerida a mudança da ordem de trabalhos de mudar o atual ponto 2 – relatório de gestão para 3 e o 3 passar a 2.

Aprovado por maioria apenas com uma abstenção.

☞☞

Ordem do dia:

1. Informação da atividade da CIMT-----

O Senhor Vice-Presidente da mesa solicitou à Senhora Presidente do Conselho Intermunicipal que usasse da palavra para prestar esclarecimentos sobre este ponto. Começou assim a sua intervenção comentando não fazer uma explicação exaustiva, mas que estava disponível para esclarecer todas as dúvidas que surgissem.-----

Começou por referir que iria focar a sua intervenção em 3 pontos: QREN, projetos em curso e Investimento Territorial Integrado (ITI).-----

Quanto ao QREN, fez o ponto de situação das candidaturas aprovadas e submetidas no âmbito do Programa Operacional do Centro, referindo o FEDER de 85 milhões de euros e 77 candidaturas aprovadas.-----

120 candidaturas para verificação física e documental, 41 verificações efetuadas no terreno.-----

Quanto ao Médio Tejo Online (SAMA), aflorou o desenvolvimento dos seguintes investimentos: serviços online; compras públicas; reestruturação tecnológica; gestão documental; plataforma de cadastro industrial – projeto-piloto; gestão e coordenação.-----

No que concerne ao Médio Tejo Gestão em SIG foi referida que a operação aprovada assenta essencialmente no desenvolvimento dos seguintes investimentos: execução de cartografia e ortofotomapas à escala 1: 2000; atualização e retificação de cartografia à escala 1: 10 000; plataforma SIG e sistema de informação territorial 2.-----

No âmbito da Central de Compras esclareceu os atuais oito quadros em vigor nomeadamente combustíveis; comunicações; seguros; eletricidade; refeições escolares; gás; segurança e saúde no trabalho e inertes.-----

Foi aflorado também, o projeto do Transporte a Pedido no Médio Tejo, esclarecendo que tinha sido apresentado em março a candidatura ao regime de overbooking do Programa Operacional do Centro, cuja decisão ainda se aguarda, de modo a poderem ser incluídos todos os restantes municípios, à exceção do Entroncamento e Abrantes Sul.-----

Quanto à afirmação territorial esclareceu que tinham sido efetuados os 5.ºs e 6.ºs pedidos de alteração ao Mais Centro.-----

No âmbito do Investimento Territorial Integrado efetuou uma apresentação power point, onde foram focadas as orientações estratégicas, bem como efetuou um enquadramento do ITI. Esclareceu que a data inicialmente referida para apresentação das candidaturas, dia 7 de maio tinha avançado para 21 de maio.-----

Deu igualmente conta da reunião prevista com a Prof. Ana Abrunhosa na CCDRC, pois ainda não nos tinha sido indicado o valor que nos era alocado.-----

Foi efetuada uma passagem pelas várias prioridades de investimento com mais algum detalhe. Um outro assunto abordado teve a ver com a questão dos mapeamentos, alertando que as autarquias não foram ouvidas, nem efetuadas reuniões sobre esta matéria.-----

Terminou a sua intervenção fazendo uma abordagem aos projetos intermunicipais.-----

O deputado António Ferreira pediu para intervir referindo tratar-se de uma apresentação interessante, contudo mostrou-se preocupado com a questão da verba ser reduzida em relação ao ano passado, pelo que considerava pertinente a marcação de uma reunião para discussão destas matérias mais em detalhe.-----

O deputado Rui Ferreira referiu 3 assuntos que o surpreenderam: a falta de profissionais de saúde e das unidades móveis; preocupação com os serviços de proximidade, bem como a inclusão ativa das comunidades marginalizadas. Realçou a importância da prevenção de riscos (cadastro), um projeto interessante, tal como é fundamental o ordenamento do território.-----

O deputado António Mor referiu que o investimento não pode apenas ser material, mas também humano. Fez um apelo para que as IPSS, Misericórdias e outros organismos desta natureza possam intervir ao nível da saúde, nomeadamente para que os médicos afetos a estes organismos pudessem passar a prescrever meios auxiliares de diagnóstico.-----

Disse de igual modo, que nos últimos meses tem tomado contacto com pessoas licenciadas desempregadas com 7 e 8 anos de experiência. O serviço social deveria incluir pessoas deste tipo com qualificações, sem que isto significasse um acréscimo de custos.-----

Apelou ao investimento na sociedade, diferentes médicos reformados e enfermeiros entre outros poderem ser mobilizados e servir a sociedade.-----

O deputado Hugo Costa, por sua vez sublinhou o esforço da CIM do Médio Tejo para elaborar o documento apresentado. Focalizou a sua intervenção nos seguintes aspetos: -----

- atrasos no Portugal 2020;-----
- ataque à autonomia do Poder Local com os mapeamentos na área da saúde e segurança social, sem serem consultadas as entidades locais. Considerou que tal não se pode aceitar independentemente do partido que protagoniza esta iniciativa;-----
- as autarquias estão submersas numa burocracia imensa;-----
- Apelou a que no próximo quadro comunitário se evitem cometer os erros do passado, uma vez que o facto de as autarquias quererem estar “em todas” podem comprometer a sua sustentabilidade.-----

A Senhora Presidente do Conselho Intermunicipal comentou que este é o exercício possível e não o pretendido, mas esclareceu estarmos com uma grande margem. Considera importante a realização de uma reunião extraordinária, mas mais tarde pois agora seria inconsequente. Concorda que esta seja uma forma de preparar a transferência de competências para os municípios, o que lhe parece ser uma boa política, contudo esclareceu que cabe aos municípios criarem condições para isso.-----

Comentou concordar com a falta de pessoal, mas referiu não se poderem contratar mais médicos pois não existem, realçando que esta discussão dos médicos deveria ter lugar num outro fórum.-----

Mostrou-se preocupada com a desertificação do território, mas comentou que se prevê um decréscimo de 3 milhões de pessoas até 2030. Devemo-nos preocupar cum uma política ativa de natalidade, ainda que esta seja uma preocupação macro e portanto nacional.-----

Defende políticas sociais ativas de combate à pobreza, mas essas devem ser desenhadas a montante e a nível nacional.-----

Por outro lado terminou dizendo que o que precisamos efetivamente é de um conjunto de políticas especiais com enfoque especial que faça frente a todas estas questões da saúde.-----

Deliberação:

Os senhores deputados tomaram conhecimento da atividade da CIM do Médio Tejo.



2. Apreciação e votação do Relatório de Gestão relativo ao ano de 2014;-----

O Senhor Vice-Presidente da mesa deu a palavra à Senhora Presidente do Conselho Intermunicipal, que iniciou os seus esclarecimentos fazendo uma breve apresentação dos pontos 2 e 3.

Começou por referir que a realização financeira de 2014 está praticamente associada na sua totalidade ao QREN 2007-2013. Que se trata de um ano de preparação do novo período de programação. O ano de 2014 foi marcante para que em 2015 a CIM do Médio Tejo possa estar em condições para formalizar o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, bem como aceder à execução de outras políticas públicas enquadráveis no Portugal 2020.-----

Esclareceu de igual modo, os 5 objetivos estratégicos de médio prazo para a CIM do Médio Tejo, e passou em particular por cada um dos projetos mais emblemáticos, tendo feito referência aos projetos Transporte a Pedido no Médio Tejo, Afirmação Territorial do Médio Tejo (em particular enunciou a concretização dos portais Municipais e Regional, o início da execução das aplicações móveis APP Descubra, a adjudicação do Plano de Marketing, a realização do Campeonato Mundial de Wakeboard), a Central de Compras, a Gestão em SIG, o EM_Rede e os EPI´s.-----

Deu conta das reuniões da Assembleia e do Conselho Intermunicipal, bem com das várias reuniões realizadas no âmbito da estratégia 2020 (CEDI, Comissão de Acompanhamento, grupos de trabalho setoriais).-----
Por último abordou a análise da receita e a despesa.-----
Referiu não querer alongar-se muito, pois a informação já tinha sido distribuída e quem pretendesse esclarecimentos estaria aos dispor para explicações.-----
O deputado José Batista pediu para usar da palavra, tendo elogiado o trabalho da Senhora Presidente referindo-se à qualidade do mesmo. Fez referência à baixa taxa de execução de 52%, sendo apenas 10% de capital. Contudo, as medidas são conhecidas e foi o que foi possível fazer, sendo que o trabalho é a mobilização realizada a partir do 2.º semestre de 2014. Certamente terá frutos e em 2015 a taxa de execução já será outra.-----
Pediu esclarecimentos sobre o acréscimo de pessoal.-----
A este último ponto a Senhora Presidente confirmou o referido aumento, nomeadamente via QREN.

Deliberação: Aprovado por unanimidade

3. 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR);-----

Este ponto foi abordado em conjunto no ponto 2. da ordem de trabalhos-----

Deliberação: Aprovado por unanimidade

☞☞

Deliberação: Aprovado por maioria com 5 votos de abstenção.

☞☞

4. Apresentação da lista dos compromissos plurianuais resultantes das adjudicações e/ou contratos que se celebraram desde a última sessão da Assembleia Intermunicipal-----

O Senhor Vice-Presidente da Mesa da Assembleia comentou tratar-se de um documento que por via do que decorre da lei, tem de ser apresentado a todos, dando assim a informação da lista dos compromissos plurianuais resultantes das adjudicações e/ou contratos que se celebraram desde a última sessão da Assembleia Intermunicipal.

Deliberação: Os deputados tomaram conhecimento do seu conteúdo.

☞☞

☞☞

5. Intervenção do Público ao abrigo do ponto 6, do artigo 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 Janeiro-----

Não havendo mais intervenções, nem se confirmando a presença de público na sala o Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal da CIMT deu como encerrada a sessão.

☞☞